

DEBATE MORNO, SEM GOLPES DE ASA...

por Mário Soares

1. O debate no Parlamento para discussão do programa do novo Governo, que resultou das últimas eleições legislativas, não revelou quaisquer surpresas e saldou-se, como era esperado, por um impasse. O programa do Governo foi o que já se sabia que iria ser, sem novidades de maior, e a Oposição entrincheirou-se nas suas críticas posições conhecidas, sem qualquer golpe de asa. A continuarmos assim, o principal Centro da Democracia – o Parlamento – transformar-se-á, tristemente, numa sensaboria. O Programa passou, obviamente. E vem agora, esperemos, a aprovação do novo Orçamento.

A verdade é que o Governo não pensa – e bem – que deve puxar a corda ou ir mais longe e as Oposições, por mais que digam, sabem-se penalizadas se apresentassem uma moção de censura e viesse a ser votada, o que parece fortemente improvável, tanto à Esquerda como à Direita. Mesmo o CDS/PP, apesar do seu conhecido tacticismo. Daí o impasse. Ou seja: Governo e Oposições entrincheiraram-se para uma longa “guerra” de posições, que durará enquanto durar. Talvez, pelo menos, até à eleição do próximo Presidente da República, seja quem for. É imprevisível dizê-lo.

Entretanto, o País precisa, como de pão para a boca, de uma visão de conjunto, quanto ao futuro, nacional e internacional, donde resulte uma estratégia global concertada e exequível, que nos liberte da crise, em que nos encontramos, o que não é um trabalho nada fácil, e que nos alinhe, como País atlântico, numa boa posição, entre a Europa e a América, no quadro da União Europeia e da CPLP – as duas principais colunas da nossa política externa – sem esquecer os laços essenciais que nos unem às comunidades portuguesas espalhadas pelo vasto Mundo... É o que se espera agora que o Governo faça, bem explicadinho, para todos entendermos...

Tenho escrito diversas vezes – e faço-o de novo – que os portugueses não têm razão para se queixar quanto ao seu futuro, uma vez que a Revolução dos Cravos, há quase trinta e seis anos, lhe abriu amplos e insuspeitados horizontes de futuro. Nesse tempo, já tão distante, sim, Portugal estava realmente bloqueado, isolado dos seus próprios naturais aliados, “orgulhosamente só”, envolvido em três guerras coloniais, arruinado e perante o que depois se chamou a primeira crise do petróleo.

O Mundo deu muitas voltas nos últimos trinta e seis anos e Portugal, felizmente, superou todas as crises porque passou, até agora: a descolonização, a democratização, o regresso dos nossos colonos e o desenvolvimento, com a entrada na CEE e a criação da CPLP. Os pessimistas encartados esquecem, frequentemente, esta realidade – que tanto nos devia orgulhar – centrados, como estão, na preocupação dominante (que se entende, mas é ultrapassável, como sempre foi) do aumento da dívida pública e do deficit... Quanto às outras dificuldades, que temos, devidas à crise global, ainda mais urgentes: o desemprego, a pobreza, as gritantes desigualdades sociais, a estagnação das pequenas e médias empresas, o desastre da justiça, que tanto alimenta a desconfiança e o pessimismo nacional, essas sim, cumpre-nos resolvê-las quanto antes.

Portugal tem hoje excelentes elites universitárias, científicas, culturais, técnicas e artísticas que, raramente, surgem nos meios de comunicação social, aos quais só interessa a politiquice rasteira, as intrigas, as desgraças e os pequenos e grandes escândalos que escapam, não se sabe como, ao “segredo de justiça” – donde resultam verdadeiros linchamentos de pessoas na praça pública – e depois desaparecem, sem que se saiba porquê e nada aconteça. Isso, sim, é uma verdadeira vergonha nacional – que afecta gravemente a moral e a credibilidade públicas e a economia nacional – a que é urgente pôr cobro. E cumpre ao Governo fazê-lo, se possível entendendo-se com as Oposições. Para tanto, talvez seja o momento de voltar ao plano anti-corrupção apresentado por João Cravinho.

Quanto ao resto, tenhamos confiança em nós próprios – e na nossa juventude – e saibamos tirar partido das riquezas que temos, tanto no plano das energias como da nossa vasta área

marítima, como da nossa privilegiada posição atlântica e do turismo e façamos trabalhar a nossa gente, que tão boa conta de si dá quando está no estrangeiro.

2. O Tratado de Lisboa vai ser uma realidade até ao fim do ano. Finalmente. Foi o que resultou da última reunião do Conselho Europeu, depois do Presidente checo ter assinado o Tratado, apesar das restrições que inicialmente lhe opôs, e do referendo positivo da Irlanda.

Trata-se – como sempre disse – de um passo em frente político-institucional importante, bem como a integração no texto constitucional da Declaração dos Direitos Fundamentais, com efeitos vinculativos para os cidadãos de todos os Estados-Membros.

Contudo, o Tratado não foi recebido pelo Povo Europeu com o devido entusiasmo. A cidadania europeia é um facto novo – e importante – em que os europeus ainda parecem não acreditar.

Na verdade aconteceu assim, quanto a mim, por várias razões: por haver um fosso cavado, que importa rapidamente ultrapassar, entre os cidadãos europeus e as instituições que os representam: Conselho Europeu, Parlamento, Comissão, Poder Judicial; por falta de lideranças europeias, que se assumam como tal, e não simplesmente no plano nacional; e ainda porque o Capítulo do Tratado, em matéria de Finanças e Economia, está ainda fortemente impregnado pelo neo-liberalismo, que, como se sabe, nos conduziu à crise donde procuramos sair mas que ainda tanto nos aflige na América, na Europa e no Mundo.

Ora as principais lideranças europeias ainda não compreenderam, ao que parece, que a melhor maneira – se não a única – de ultrapassar a crise global, é delinear uma estratégia concertada entre todos os Estados-Membros da União para vencer a crise, que a todos vincule. Será tão difícil de compreender isso, quando qualquer país europeu, por maior que seja, por si só, como a Alemanha, deve reconhecer que representa muito pouco, relativamente a colossos como a América do Norte, a China, a Rússia, a Índia ou o Brasil e, em alguns anos, talvez a Ibero-América, se vier a ser capaz de estabelecer alguma unidade entre os seus Estados-Membros? Ora se é assim em matéria político-militar – ou, se quiserem, de defesa e política externa – como não será, em tempo de crise, em matéria financeira e económica?

É certo que há vários sinais positivos, nos últimos meses, de que a crise está a abrandar. Os bancos cotados na bolsa estão a recuperar, as acções subiram, mas o crédito ainda não é fácil. O desemprego e a pobreza continuam a aumentar. Entretanto, não esqueçamos que há velhas práticas que estão, paulatinamente, a ressurgir, como se não se tivesse passado nada: o recurso aos paraísos fiscais, os chorudos prémios a administradores e gestores de grandes empresas, os negócios escandalosos, que se situam à margem da legalidade, etc. Estivemos próximos de um cataclismo nunca visto e já esquecemos quando se pensava que o pior nos poderia acontecer?

Haja juízo e contenção! A União Europeia, com o Tratado de Lisboa tem uma nova oportunidade para avançar. Não a deve perder. Há lugares a preencher que são simbólicos e importantes: o Presidente da Europa e o Alto-Comissário para a Política Externa e o Vice-Presidente da Comissão Europeia. Quanto ao Presidente, eliminado Blair, marcado como ficou pela Cimeira dos Açores, onde à revelia da “Velha Europa” foi tomada a decisão (catastrófica) de invadir o Iraque (com as consequências que se conhecem) e depois de Felipe Gonzalez, que seria uma boa escolha, ter recusado, fala-se agora da antiga Presidente da Irlanda e Alta-Comissária para os Direitos Humanos, Mary Robinson. Seria uma escolha excelente. Conheço-a bem e há alguns anos já. É uma Senhora – o que seria simbólico – com uma cabeça política e jurídica excepcional. Uma personalidade forte e independente, que pensa pela sua cabeça. Não é socialista mas é uma mulher progressista. Mas já nos corredores de Bruxelas se pensa num outro candidato, um primeiro-ministro belga, julgo, que parece ser um perfeito burocrata, submisso aos poderosos do momento.

Assim vai aquilo que foi – e é – o projecto político mais original e fecundo do século passado – a construção europeia – e o único que pode dar asas à União para se impor, na cena internacional, ao nível (senão superior) as grandes potências mundiais. A não avançar, como os europeístas desejam, só lhe resta entrar numa inexorável decadência, já profetizada no começo do século passado pelo grande pensador alemão (hoje caído em esquecimento) Oswald Spengler, no seu famoso livro “A decadência do Ocidente”...

3. Morte de dois ilustres centenários. Quase ao mesmo tempo desapareceram Claude Levy-Strauss, pai da antropologia moderna, com o seu famoso livro "Tristes Trópicos" (1954), concebido na Amazônia, que teve logo um grande sucesso, e reputado intelectual francês, de origem belga, inspirador do estruturalismo, muito em moda quando estive em França. Não tive o privilégio de o conhecer pessoalmente, mas vi-o algumas vezes e ouvi falar muito dele a alguns amigos entre os quais Júlio Pomar, que lhe fez um retrato, extremamente feliz. Foi, claramente, um dos pensadores que marcaram o século XX e não só a cultura latina mas também a anglo-saxónica. Morreu quando estava a caminho de fazer cento e um anos.

Em Madrid, quase ao mesmo tempo, morreu o decano das letras espanholas, Francisco Ayala, com cento e três anos, embora relativamente pouco conhecido em Portugal. Saramago, que o conheceu bem, escreveu no El País um breve artigo em sua homenagem, destacando a sua enorme lucidez e a sua obra novelística. A guerra civil de Espanha apanhou-o no Chile, onde vivia com sua Mulher, mas regressou a Espanha para se bater pela República ao lado de Azaña, a cujo partido pertenceu. Exilou-se em 1939, na Argentina, onde fundou a revista *Realidad*, em que colaboraram, entre outros, Jean Paul Sartre, Bertrand Russel e claro, Jorge Luís Borges. Deixou uma imensa obra no domínio da ficção e da crítica e um livro de memórias "Recuerdos y Olvidos", publicado em Espanha, em 1982.

Lisboa, 10 de Novembro 2009